

Caminhos para a justiça: reduzir distâncias

23 de setembro de 2021 - Webinar online

11h – 13.10h

Proteger os Cidadãos

Proteger os cidadãos, as liberdades e os direitos fundamentais é o princípio basilar da Justiça. Por isso a Presidência Portuguesa, no primeiro semestre de 2021, centrou-se na cidadania inclusiva e participativa, com uma forte componente digital, sempre assente nos direitos humanos e na proteção dos cidadãos.

Com o contexto mundial atual marcado pelas circunstâncias da pandemia em que ainda vivemos, é importante pensar no desenvolvimento de novos caminhos para a Justiça com os olhos postos no futuro e na capacidade de resiliência que permitirá uma recuperação onde ninguém é deixado para trás.

Na área da Justiça, as prioridades têm abrangido as preocupações, os desafios e as oportunidades do Digital, mas em estreita ligação com a necessária promoção de uma cidadania inclusiva, segura e participativa, assente nos direitos e liberdades fundamentais e na proteção dos cidadãos, como bem como, a construção de um contexto favorável ao crescimento económico.

Para uma conferência de e-justiça centrada nas pessoas

A abordagem aos serviços centrados nas pessoas foi um elemento basilar durante a presidência portuguesa, nomeadamente no domínio da Justiça. A Conferência de Alto Nível “Para uma justiça eletrónica centrada nas pessoas”, nos dias 26 e 27 de abril, que reuniu 79 palestrantes e mais de 1200 pessoas online empenhados em partilhar conhecimentos, experiências e reflexões, foi a prova disso.

Existiu acordo de que para uma verdadeira revolução, quando se trata de transição digital, os sistemas judiciais precisam ser desenvolvidos em torno das necessidades legais das pessoas conforme elas as experienciam e que, para uma visão holística do ecossistema da justiça ser realizado, precisamos do compromisso dos políticos, das classes profissionais, das empresas de tecnologia jurídica, da sociedade civil, e de todas as partes interessadas relevantes.

O cidadão é o começo e o fim de tudo, e o cidadão deseja serviços em que possa confiar e que sejam fáceis de aceder e compreender. Tudo o que projetarmos na Justiça deve fazer pelos cidadãos o que é suposto; lembrando que os cidadãos são muito diferentes entre si com diferentes recursos (sociais, económicos, educacionais), competências e necessidades.

Caminhos para a justiça: reduzir distâncias

São muitas as perspetivas de transformação da justiça usando tecnologias digitais já disponíveis e com grande potencial, como interoperabilidade entre sistemas de informação, *blockchain*, inteligência artificial ou *machine learning*, etc.

Mas que futuro queremos para a justiça em Portugal, por onde devemos começar a inovar e experimentar? Quais devem ser nossas prioridades para desenvolver mais provas de conceito e projetos-piloto antes de escalar as mudanças e transformá-las em leis?

Em primeiro lugar, temos de identificar os pontos críticos dos nossos sistemas de justiça, os que os tornam excessivamente lentos, os que os tornam excessivamente complexos e os que dificultam o acesso dos cidadãos e prejudicam a sua confiança na justiça e nas suas instituições.

Assim, o evento **Caminhos para a justiça: reduzir distâncias** tem como objetivo refletir sobre a necessária simbiose entre tecnologia, inovação, empreendedorismo, responsabilidade social com a capacidade de ter uma visão que atue além do imediatismo (embora necessário), ajudando a garantir dignidade e oportunidade para todos, como usar o Direito para o Bem (Legal for Good).

Agenda

Caminhos para a justiça: reduzir distâncias

11.00 – 11.05 || Abertura

11.05 – 11.25 || Grandes conclusões da Conferência e-Justice

Nuno Moreira (GSEJ)

11.25 – 12.25 || Que futuro para a Justiça eletrónica? (Mesa redonda)

Moderador: Marisa Borsboom, InovaLegal

Participantes: Anabela Pedroso, Secretária de Estado da Justiça

Maaïke de Langen, Pathfinders for Justice

Tatyana Teplova, OECD

Sam Muller, Hiil

12.25 – 12.40 || O PRR da Justiça

Anabela Pedroso, Secretária de Estado da Justiça

12.40 – 13.00 || Modernização do setor da Justiça em Portugal – Projeto DG REFORM

Alessandra Budello, DG Reform

Nuno Moreira, GSEJ

Chloé Lelievre, OECD

13.00 – 13.05 || Encerramento